**A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL** Jéssica Machado Moreira[[1]](#footnote-1)

**RESUMO:** Apresenta pesquisa bibliográfica analisando de forma reflexiva a transição das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental contextualizando o perfil do aluno que chega na escola aos 6 anos de idade ingressando no Ensino Fundamental. Aborda as característica das crianças com 6 anos de idade e suas necessidades intelectuais , sociais e afetivas. Faz uma análise crítica dos resultados das avaliações em larga escala aplicadas durante o processo de alfabetização. Reconhece a importância dos registros escolares como instrumento de avaliação do processo ensino aprendizagem.

**Palavras-chave**: Educação Infantil. Alfabetização. Ensino Fundamental. Metodologias de Ensino. Avaliação.

1. **INTRODUÇÃO**

A necessidade de formar professores reflexivos sobre a sua prática é essencial para o desenvolvimento do pensamento e da ação nesse contexto. Os docentes que atuam na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental enfrentam muitos desafios e um deles é a forma de avaliar o processo de aprendizagem, visto que as crianças nesta fase precisam de uma avaliação baseada muito mais na observação e nos registros diários, mas por outro lado, são também avaliação em avaliações de larga escala,

Durante muito tempo pensou-se que para ensinar bastava saber. A complexidade das relações vividas no trabalho docente tem alterado significativamente essa visão. Os aspectos moldados no trabalho docente vêm ao encontro do conhecimento posto em ação, das decisões tomadas no momento da ação educativa, das pequenas escolhas, da postura e dos argumentos que o professor faz uso para validar as suas ações frente a seus pares.

Mesmo nos conteúdos mais estanques, sobre os quais o professor já tem um repertório de conhecimentos bem fundamentado, novas questões, dúvidas dos alunos podem levar o professor à reflexão, à pesquisa e a uma nova compreensão da matéria ensinada; portanto, ocorre aprendizagem pela prática profissional e/ou durante ela.

Com a implantação do Ensino Fundamental de nove anos, veio a necessidade urgente da formação do professor alfabetizador para atuar nessa etapa sem transformar a travessia da educação infantil num processo árduo e difícil para crianças e professores.

Tal formação teria que dar conta de mudanças de posturas da professora da 1ª serie que teria que ter um olhar mais voltado para a infância em todas as suas dimensões e não apenas centrar-se no aprendizado acadêmico.

A Lei nº. 11.274/2006 instituiu o ensino fundamental de nove anos de duração iniciando aos 6 anos de idade. As crianças com 6 anos completos até o início do ano letivo não estão mais na educação infantil, mas em escolas de Ensino Fundamental , que ofereçam os anos iniciais do Ensino Fundamental.

A intenção foi evitar rupturas na qualidade da oferta e na trajetória educacional da primeira infância, garantindo continuidade pedagógica no que se refere aos objetivos, organização, conteúdos, acompanhamento, avaliação.

Contudo, o ingresso da educação infantil nos sistemas de ensino tem implicações nas demais etapas, modalidades e níveis de ensino, conduzindo a repensar concepções, rever práticas e adequar posições a partir das novas relações estabelecidas. Por outro lado, têm provocado o retorno, o reforço e a continuidade de práticas que associam educação à instrução, com atividades mecânicas onde as crianças são treinadas a seguir instruções (cobrir pontilhado, copiar e repetir).

A inserção das crianças de 6 anos no ensino fundamental tem provocado indagações tanto para a educação infantil quanto para o ensino fundamental, especialmente no que tange aos espaços e práticas pedagógicas e sua adequação à faixa etária das crianças.

O presente artigo tem por objetivo problematizar a necessidade de articulação entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, tendo em vista a necessidade de práticas educativas que respeitem a infância e as especificidades das crianças de cinco e seis anos de idade. Propõe uma reflexão sobre a importância da formação do professor alfabetizador para enfrentar os desafios no processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental de 9 anos ressaltando e valorizando a avaliação descritiva como um instrumento importante para avaliar a aprendizagem, desde que seja elaborado com base nos registros das observações diárias.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo foi à pesquisa bibliográfica, onde foram examinadas as literaturas atuais, periódicos, artigos e revistas que forneceram subsídios para esclarecer, conceituar, identificar e expressar inovações inerentes ao ativo intangível.

1. **METODOLOGIA**

O caminho metodológico adotado foi o da pesquisa bibliográfica utilizando o emprego das técnicas descritivas e explicativas visando esclarecer sobre a importância de conceber a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, um momento delicado, que requer dos profissionais da educação conhecimentos sobre a psicologia do desenvolvimento infantil e de práticas que envolvam a ludicidade com intenção pedagógica.

Para a fundamentação teórica utilizou-se as pesquisas de autores renomados, os quais valorizam a criança nessa fase como ser pensante, sociocultural e com todas as complexidades da infância requer um cuidado especial, principalmente nas práticas de alfabetização e nas avaliações diárias de suas progressivas aprendizagens.

As pesquisas levantadas mostram que as crianças não chegam ao Ensino Fundamental sem conhecimento, mas sim chegam trazendo seus afetos, interesses e saberes que precisam ser considerados como ponto de partida. Sobre as práticas de avaliação é relevante valorizar os progressos diários mais que avaliações ao final de etapa. Assim os instrumentos de avaliação nessa etapa precisam ser formativos, dialógicos e passíveis de intervenções.

1. **A CHEGADA DA CRIANÇA NO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS**

Conforme abordado anteriormente, de acordo com a lei n. 11.274/2006, o Ensino Fundamental passa a ter nove anos no Brasil, e incluem obrigatoriamente na escola as crianças de seis anos. Nesse sentido, Kramer comenta que Educação Infantil e Ensino Fundamental são indissociáveis:

Ambos envolvem conhecimentos afetos; saberes e valores; cuidados e atenção; seriedade e riso, o cuidado, a atenção, o acolhimento estão presentes na educação infantil; a alegria e a brincadeira também. E nas práticas realizadas, as crianças aprendem. Elas gostam de aprender. Na educação infantil e no ensino fundamental, o objetivo é atuar com liberdade

para assegurar a apropriação e a construção do conhecimento por todos.

(KRAMER, 2006, p.810).

Para maior riqueza de aproveitamento e sucesso do processo ensino aprendizagem, as escolas precisam estar atentas para que essa passagem da pré-escola para o 1º ano não se torne uma ruptura e acabe influenciando negativamente no processo de alfabetização. Sobre essa importância da escola atender as necessidades básicas dos alunos Kramer (2006) escreve:

As crianças têm o direito de estar numa escola estruturada de acordo com uma das possibilidades de organização curricular que favoreçam a sua inserção crítica na cultura. Elas têm direito a condições oferecidas pelo Estado e pela sociedade que garantam o atendimento de suas necessidades básicas em outras esferas da vida econômica e social, favorecendo, mais que uma escola digna, uma vida digna. (KRAMER, 2006, p. 811-812).

É importante que no trabalho com crianças de seis anos de idade, as afirmações de Kramer (2006) sejam concretizadas, a fim de assegurar que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental ocorra da forma mais natural possível, não provocando impactos negativos no seu processo de escolarização.

De acordo com Barreto (2004) hoje o governo federal já tem assumido com maior rigor as políticas públicas para a educação infantil, considerando que a alfabetização e a socialização devem ser trabalhadas em primeiro lugar, por se constituir em fatores que influenciam fortemente na vida da sociedade. Acredita-se sobre este mesmo viés, que no Brasil, os avanços qualitativos adquiridos dos últimos tempos em relação à educação infantil, em qualidade e eficácia, se constituem em importantes instrumentos de inclusão social. Passou-se a reconhecer que na Educação Infantil deve ser prioritário o ato de ensinar, de aprender, de transformar pessoas, revolucionar sistemas, reavaliar posturas e comportamentos e buscar novas perspectivas de vida.

Kramer (2006) ainda declara que a inclusão de criança de 6 anos no Ensino Fundamental requer diálogo entre Educação Infantil e Ensino Fundamental. Diálogo pedagógico dentro da escola e entre as escolas buscando alternativas curriculares claras, no qual o planejamento e o acompanhamento feitos pelos adultos que atuam nessas classes levem em conta as particularidades das ações infantis. Também devem ser respeitados, o direito à brincadeira, à produção cultural, pois tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental, as crianças devem ser atendidas em suas necessidades.

Neste sentido, o PNAIC . Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa define que todas as crianças devem ser alfabetizadas até os 8 anos de idade, ampliando o tempo para essa formação , que era até os 7 anos. Dessa forma os professores alfabetizadores ganharam mais tempo para formar o aluno, no que se refere à alfabetização e letramento e à alfabetização matemática.

O termo “idade certa” foi muito questionado por estudiosos e especialistas da área que questionam que essa idade seja 8 anos, visto que muitas crianças, aos 6 anos, estão prontas para ingressar no mundo do conhecimento físico, que inclui a alfabetização, desde que recebam mediações de qualidade e que as propostas de trabalho estejam relacionadas com os desejos próprios da idade.

Embora tenham condições cognitivas, aos 6 anos os estudantes precisam de incentivos pertinentes para se interessar pelas letras. A imaginação e a fantasia, intrínsecas às brincadeiras, são fundamentais no processo que deve ser desafiador.

É a fase mais rica para a criança aprender a língua escrita e a relação dela com a fala. Um período em que o enorme potencial de desenvolvimento encontra-se com uma maturidade mínima. Um momento que precisa ser bem aproveitado.

As pesquisas revelaram que há falta de ‘diálogo’ na organização do sistema educacional brasileiro em relação às duas primeiras etapas da educação básica; como consequência, as crianças vivenciaram desencontros na passagem da Educação Infantil para o 1º ano. Também foi evidenciada, nessas pesquisas, a falta de articulação entre o *brincar* e o *letramento* nas práticas pedagógicas das séries observadas. De acordo com Motta (2010), na passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental há uma forte ação da cultura escolar sobre a cultura de pares, transformando, de certa forma, os ‘agentes sociais crianças’ em ‘agentes sociais alunos’.

Na mesma direção, a investigação desenvolvida por Mota (2010) a respeito da instituição da política do Ensino Fundamental de nove anos no Brasil indica a constituição de um novo sujeito escolar infantil de seis anos, que não é o mesmo da Educação Infantil e também não é o mesmo da antiga primeira série do Ensino Fundamental de oito anos. De acordo com a referida autora, esta política está provocando efeitos importantes em ambas as etapas que demandam, das instituições educativas e de seus profissionais, um olhar atento com relação às infâncias, para além da adaptação das crianças de seis anos ao Ensino Fundamental.

Considerando que com o ingresso das crianças de sete anos no Ensino Fundamental já havia uma preocupação acerca da organização do tempo, do espaço e das metodologias de ensino, considerando as diferenças entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, podemos observar, com sua passagem para o primeiro ano do Ensino Fundamental, que a preocupação se tornou maior, uma vez que as crianças são ainda menores.

Nesse sentido, é de grande relevância os investimentos dos sistemas de ensino em formação continuada dos profissionais envolvidos no processo, bem como a reestruturação dos espaços e tempos de aprendizagem no interior das escolas que recebem as crianças de 6 anos para ingresso no Ensino Fundamental. Importante também ressaltar os investimentos em materiais didáticos e nos acervos das bibliotecas.

1. **O DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA PERSPECTIVA DE VYGOTSKY**

Os estudos de Vygotsky, consolidam-se no Brasil a partir de meados da década de 1980, ganhando espaço no campo educacional, abrindo assim importantes reflexões sobre o papel do/a professor/a como mediador/a do processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança e da linguagem escrita articulada ao conceito de letramento.

Para compreender as contribuições de Vygotsky na área da educação e mais especificamente na formação do professor mediador, é preciso primeiro que se entendam as teorias existentes sobre o psiquismo humano, em especial as que estavam em destaque na época em que o autor propôs sua teoria. São elas a teoria inatista e teoria ambientalista, que revelam diferentes modos de explicar como o indivíduo aprende e desenvolve sua inteligência, e as possibilidades educativas, marcadas pelo contexto histórico em que foram criadas.

A teoria inatista baseia-se nas capacidades do indivíduo (valores, comportamento, pensamentos), afirmando que elas são inatas, prontas desde o nascimento, dependendo apenas do amadurecimento para manifestar-se. De acordo com essa concepção, o ensino só pode ocorrer quando a criança estiver amadurecida para aprender. Assim, o papel do/a professor/a restringe-se a respeitar as diferenças individuais das crianças, esperando que os processos maturacionais ocorram.

No contexto da Educação Infantil, por um longo período, as práticas com as crianças pequenas foram pensadas via teoria inatista, lembrando um ditado popular: “filho de peixe, peixinho é”. E podemos afirmar que ainda hoje encontramos práticas que contemplam tal concepção, justamente por entenderem que a aprendizagem e o desenvolvimento da criança precisa apenas aguardar a maturidade, ter a idade certa para determinadas atividades, pois haveria um “tempo certo” para realizar determinadas atividades.

A concepção ambientalista destaca ambiente como responsável pela constituição das características do indivíduo; a experiência é a fonte do conhecimento e determina o comportamento. Nessa concepção, a criança é uma folha de papel em branco, e o/a professor/a é o transmissor/a do conhecimento, aquele/a que detém o poder do conhecimento.

Assim, tais pressupostos deram suporte para a pedagogia tradicional, pois a aprendizagem confunde-se com a memorização dos conteúdos, a repetição de exercícios e cópias, estimuladas por recompensas e elogios.

Na Educação Infantil, tais pressupostos continuam tendo espaço no cotidiano das práticas de alguns/mas professores/as, por terem-nos como referência de formação, muitas vezes subestimando a capacidade e diversidade da criança de seus conhecimentos, advindos desde o nascimento, a partir das relações vividas por eles/as junto a sua família ou às pessoas responsáveis por sua sobrevivência.

Vygotsky defende que a criança não é uma folha de papel em branco, como destaca a teoria associacionista/ambientalista, muito menos uma esponja que vai absorvendo os conteúdos transmitidos pelo/a professor/a.

A criança tem uma experiência de vida determinada por seu meio social, cabendo ao/à professor/a uma função ímpar: mediatizar e organizar esse meio para que a aprendizagem tenha sentido e significado para criança, tomando a experiência pessoal a base do trabalho pedagógico.

Partindo dessa perspectiva, a teoria histórico-cultural compreende que o homem constitui-se nas e por meio das relações sociais, portanto é um indivíduo sócio-histórico-cultural, como explicita Souza (2006, p. 61):

Sócio porque vive em sociedade, relaciona-se com o outro, auxiliando e sendo auxiliado, a partir das mediações vivenciadas. [...] Histórico, porque o sujeito vive em um momento histórico; ao nascer, já possui uma história acumulada de gerações passadas e consegue, no decorrer da vida, viver seu presente, olhar o passado e planejar o futuro. [...] Cultural é um termo que precisa ser compreendido na própria matriz teórica de Vigostski, porque fazemos parte de uma cultura, somos reflexos de nossa educação, costumes e formação e, de acordo com as bases marxistas, o homem modifica a natureza, com a sua inteligência, e ao mesmo tempo modifica-se no decorrer dessas transformações.

A escrita deve ser ensinada naturalmente; não deve ser imposta, com a repetição das letras e suas formas, que não fazem sentido algum para a criança.

Segundo Soares (2009, p. 44):

[...] letramento é um estado, uma condição: o estado ou condição de quem interage com diferentes portadores de leitura e de escrita, com diferentes gêneros e tipos de leitura e de escrita, com as diferentes funções que a leitura e a escrita desempenham na nossa vida.

Dessa maneira as crianças, desde o seu nascimento, as crianças entram em contato com diversos símbolos e signos da linguagem escrita no seu cotidiano, tais como rótulos, letreiros, cartazes, placas, livros, entre outros, e nesse contato vão apropriando-se desse mundo. Mesmo não sendo alfabetizadas, elas interagem com tudo que possa ter um significado para a linguagem escrita.

Por meio das brincadeiras, a criança relaciona-se com o mundo. O imaginário da criança produz imagens, significados e percepções do seu entorno.

A ludicidade é uma ferramenta muito importante para a formação das crianças, pois é através dela que a criança desenvolve seu saber, seu conhecimento e sua compreensão de mundo. Sendo o brinquedo a essência da infância o seu uso permite a produção de conhecimento, principalmente na educação infantil.

Muitos educadores ainda não perceberam a real importância do “brincar”, o quanto esse aspecto facilita o desenvolvimento pessoal, social e cultural.

O educador precisa compreender a criança, o homem, o currículo e a educação para que o seu ensinar venha a contribuir positivamente na sociedade. Quanto mais o educador vivenciar a ludicidade, maior será o seu conhecimento e a chance de se tornar um profissional competente, trabalhando com a criança de forma prazerosa estimulando a construção do conhecimento. A formação lúdica fará com que o adulto viva, conviva e resgate o prazer e a alegria do brincar, transpondo assim esta experiência para o campo da educação.

A intervenção intencional baseada na observação das brincadeiras das crianças, oferecendo-lhes material adequado, assim como um espaço estruturado para brincar, permite o enriquecimento das competências imaginativas, criativas e organizacionais infantis.

Cabe ao professor organizar situações para que as brincadeiras ocorram de maneira diversificada para propiciar às crianças a possibilidade de escolherem os temas, papéis, objetos e companheiros com quem brincar ou os jogos de regras e de construção, e assim elaborarem de forma pessoal e independente suas emoções, sentimentos, conhecimentos e regras sociais.

O educador é o mediador entre conhecimento e saber da criança, um organizador do tempo e das atividades propostas em sala. É a partir dessa mediação que a criança passa por seu processo de construção do conhecimento, então este educador tem que ter competência técnica para fazê-la. Além de desenvolver algumas capacidades, tais como atenção, imitação, memória, imaginação entre outros aspectos relevantes.

1. **AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Perrenoud (2000) afirma que é preciso gerir as progressões das aprendizagens e que não se pode deixar de fazer balanços periódicosda das aprendizagens dos alunos. Eles são essenciais para fundamentar decisões como avanço e retenção dos alunos e principalmente para nortear e sistematizar sobre os resultados alcançados e intervenções necessárias.

Nesse sentido, Perrenoud orienta que:

A observação contínua não tem apenas a função de coletar dados com vistas a um balanço. Sua primeira intenção é formativa, o que significa que considera tudo o que pode auxiliar o aluno a aprender melhor: suas aquisições, tarefas que podem ser ofertadas e ampliadas, assim como sua maneira de aprender e raciocinar (PERRENOUD, 2000, p.50)

O professor experiente sabe que uma tarefa pode ser muito bem preparada, mas pode também não trazer os resultados esperados. É preciso conhecer o aluno para que a avaliação formativa aconteça de fato.

Na Educação Infantil e nos Anos Iniciais os registros das observações são expressos por meio de uma ficha descritiva. Esses registros são geralmente avaliados por meio de conceitos para cada habilidade trabalhada nas etapas. Os conceitos podem ser aptos, não aptos, aptos parcialmente; e outros , dependendo da escola , publica ou privada. O conceito ou nota é o menos importante, o mais importante são os registros da evolução do aluno.

Nesse sentido existe sempre muita dificuldade por parte dos professores em avaliar de forma descritiva. É muito comum os professores, no 1º e no 2º ano, defenderem a prática da prova escrita.

Não se trata de abolir ou renegar a avaliação, mas sim validar muito mais as observações diárias dos progressos dos alunos, do que um resultado de uma “prova”, feita num dia, num determinado horário como se fosse um exame.

A avaliação deve ser contínua, formativa, ajudando as crianças a desenvolverem sua capacidade de autoconhecimento e auto avaliação, conhecendo onde se está errando e valorizando o erro como uma forma de construção da aprendizagem.

É ótimo que não se tenha prova, nota ou reprovação, mas uma questão fundamental deve ser colocada: como é trabalhado o erro? Certos olhares e comentários dos professores podem ter um efeito muito pior sobre as crianças, do que uma nota baixa. (VASCONCELLOS, 1994, p.59)

Nesse sentido, as atitudes dos professores frente aos erros da criança podem colaborar muito para o sucesso ou fracasso da criança. O objetivo do educador é fazer o aluno acertar, mesmo que ele precise de ajuda para isso. Para tanto o professor precisa ter empatia e entender que fazer o aluno acertar é melhor do que ficar corrigindo os erros. O momento de avaliação pode também ser um momento de aprendizagem, para aluno e também para o professor.

A mudança de postura implica em mudança de prática. Abrir mão do uso autoritário da avaliação não significa deixar de avaliar, pelo contrario. Significa fazer uma avaliação muito mais significativa e segura, pois o conceito final será resultado de várias observações.

Outra questão muito recorrente também são os relatórios descritivos. Alguns evidenciam muito mais a dimensão comportamental do aluno que a dimensão cognitiva. Todo cuidado deve-se ter ao se fazer relatórios descritivos, pois esse instrumento é um documento que sai da escola e a família recebe como um resultado da vida escolar de seu filho. Evidenciar o que o aluno aprendeu, em que evoluiu e em que está em processo de evolução é o mais aconselhável pelos especialistas. Comentários sobre indisciplina ou personalidade não devem fazer parte de um relatório descritivo pedagógico.

A BNCC (2017) afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral1. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança considerando-os como sujeitos de aprendizagem, Visa promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.

O conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias.

É preciso acompanhar as práticas tanto quanto as aprendizagens das crianças, realizando a observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens. Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos), é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. Trata-se de reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças.

1. **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O cenário educacional tem mostrado grande preocupação com essa fase da criança na escola, pois é comum algumas crianças chegarem ao 3º ano do Ensino Fundamental sem saberem ler, o que nos mostra o quanto ainda é necessário se investir na formação dos professores que atuam nessa etapa.

Toda atenção deve ser focada no sentido de proporcionai a essa criança a naturalidade no processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, sem perder de vista a qualidade do ensino das habilidades básicas de leitura, escrita e letramento matemático. Todas as dimensões precisam ser valorizadas como o afetivo, psicomotor e o cognitivo, mas sem dúvida as questões cognitivas, de aprendizagem merecem lugar de destaque, para que elas consigam efetivamente serem alfabetizadas na idade certa e construam um vínculo pedagógico forte com a escola.

As pesquisas mostram que as dificuldades em aspectos cognitivos que apresentam os alunos com deficiência intelectual e que acarretam as dificuldades de aprendizagem escolar não significam que estes alunos estejam impedidos de apresentar habilidades e talentos, porém para que isso ocorra são necessários estímulos adequados.

Mais do que ensinar a ler e escrever, as crianças precisam entender a função social da escola e das linguagens que estão a seu dispor. A criança de 6 anos de idade precisa ser engajada nas tarefas de forma lúdica.

1. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo relata a importância da transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e o quanto é relevante a formação do professor nessa fase.

Inicialmente foi importante contextualizar a legalidade da transição das crianças de 6 anos para o Ensino Fundamental e alguns esforços realizados pelo Governo Federal para preparação desse momento. Na Educação Infantil, as crianças brincam mais e essas brincadeiras tem intencionalidade pedagógica, o que não pode sofrer rupturas drásticas no sentido de não se ter mais brincadeiras. É comum algumas escolas fazerem o dia do parquinho, o dia do brinquedo em suas rotinas semanais.

Falar das contribuições de Vygotsky para o entendimento da infância nessa fase foi importante. Afinal a criança é um sujeito histórico e social que cresce aprendendo com seus pares e com as pessoas adultas que estão ao seu redor. Nesse sentido professores e familiares tem papel importante para harmonizar esse processo de transição e também.

As formas de avaliar as crianças nesse ciclo de alfabetização são diferentes da Educação Infantil, pois as habilidades são ampliadas de forma a assegurar o desenvolvimento de competências.

A sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado.

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades.

A BNCC (2017) consolida, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas.

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola.

1. **REFERÊNCIAS**

BARRETO, R.G. **Formação de professores, tecnologias e linguagens: mapeando novos e velhos (des)encontros**. São Paulo: Loyola, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: formação de professores no pacto nacional pela alfabetização na idade certa**. Brasília: MEC/SEB, 2012b., p. 13). Acesso em 01/05/2023.

\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos artigos. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade**.. Acesso em: 17 abr. 2023.

KRAMER. S. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação e/é fundamental**. Educação e Sociedade, Campinas, 2006.

MOTTA, Flávia Miller Naethe. **De crianças a alunos- transformações sociais na passagem da educação infantil para o ensino fundamental**. Rio de Janeiro, 2010, 181 p. (Tese de Doutorado) Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Perrenoud, P. **Dez novas competências para ensinar***.*Artmed, 2000.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOUZA, Regina A. M. de. A mediação pedagógica da professora: o erro na sala de aula. Campinas: UNICAMP, 2006. (Tese de Doutorado)

VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação: Concepção Dialética Libertadora do Processo de Avaliação Escolar**. Cadernos Pedagógicos do Libertad, v.3. São Paulo, Libertad, 1994.

1. Pós-graduanda em Educação Infantil e Anos Iniciais - Graduada em Pedagogia Pela Faculdade FASUL – E-mail: jessimmm172@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)